



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Alexandre Gonçalves do Bonfim

Universidade Federal do Ceará / PPGH-UFC.

alexandregb@alu.ufc.br

A CAPITANIA DO PARAGUAÇU: redes clientelares e direito à terra em uma donataria singular (1552-1579).

RESUMO

Em 1566, foi concedida à dom Álvaro da Costa, uma capitania que se diferenciava das primeiras donatarias estabelecidas no Brasil na década de 1530, pelo fato de seu território ter sido doado, anteriormente, como sesmaria. Partindo dessa singularidade, este artigo objetiva debater algumas questões acerca da posse e propriedade de terra no Recôncavo baiano e da formação da elite colonial no Brasil do século XVI.

Palavras-chave: Capitánias donatárias; Bahia Colonial; Paraguaçu.

ABSTRACT

In 1566, it was conceded to dom Álvaro da Costa a captaincy that was differed from first grantees established in Brazil in the 1530s had previously been donate as sesmaria. From this singularity, this article aims to discuss some questions about of possession and land proprierty in the Recôncavo baiano and the formation of the colonial elite in Brazil from sixteen century onwards.

Keywords: Donatary captaincies; Bahia Colonial; Paraguaçu.

Introdução

Este artigo tem como objeto a capitania donatária do Paraguaçu, localizada no Recôncavo baiano, doada à Álvaro da Costa, na década de 1560. O processo em tela apresenta uma dinâmica que a diferencia das capitanias iniciais doadas na década de 1530. Sendo uma das primeiras estabelecidas após a primeira leva das capitanias donatárias doadas no Brasil na década de 1530, o território do Paraguaçu tinha sido doado, inicialmente, em sesmaria para depois ser convertido em capitania, algo muito específico na política de institucionalização das capitanias portuguesas no Atlântico. Uma das hipóteses que esse trabalho defende é que semelhante ato facilitaria, em uma perspectiva inicial, a distribuição de terras e a ocupação da região entre os rios Jaguaripe e Paraguaçu, o que poderia ser fundamental para o avanço da colonização para o sertão, dificultado pela resistência indígena *tupinambá*. Outra hipótese, é sobre como a conversão da sesmaria à condição de capitania poderia resolver problemas jurídicos como a sobreposição de doação de sesmarias, bem como potencializaria os ganhos da família de dom Álvaro da Costa, filho do segundo governador geral do Brasil, dom Duarte da Costa.

Dessa forma, observa-se, por meio da fragmentação da doação de sesmarias, que a conversão do território em capitania oferecia, a possibilidade de sistematizar de forma mais detida a ocupação do território, ainda que esse intento não foi cumprido à contento. Ainda assim, importa por luz a esse processo no sentido de perceber como o rearranjo ocorrido nos permite perceber questões interessantes acerca da formação de redes clientelares e da ocupação fundiária na colônia durante a segunda metade do século XVI, além de revelar os interesses de parte da aristocracia real que via na colonização atlântica uma possibilidade de aumento do cabedal e de obtenção de um melhor posicionamento frente ao rei.

De sesmaria a capitania

Dom Álvaro da Costa chegou no Brasil no ano de 1552 para ajudar o seu pai, dom Duarte da Costa, no governo geral do Brasil. Essa família vivia nos arredores da casa real, junto ao futuro rei d. João III e o futuro vedor da fazenda real do reinado deste, d. António de Ataíde, o I Conde de Castanheira. Esse último, foi o principal articulador da institucionalização da administração do Brasil, sendo

um dos principais idealizadores do sistema de capitanias donatárias e do governo geral, sendo também responsável pela indicação de Tomé de Souza (seu primo) e d. Duarte da Costa para serem os dois primeiros governadores gerais do Brasil (MADUREIRA. In: ROSA, 2013, p. 101-118; COSENTINO, 2009).

A rápida descrição de como o destino da família Costa cruza com o Brasil, já revela a importância da formação das redes clientelares para a monarquia portuguesa e suas posses no ultramar, já que a família Costa se beneficia de possibilidades de mercês que passariam estar disponíveis no Brasil, graças a proximidade com o Conde de Castanheira e, em certa medida, com o rei d. João III. Esse conceito foi trabalhado por António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier (In: MATTOSO, 1998), no intuito de descrever o fato de que muitas pessoas em Portugal prestavam serviços demandados por membros da alta nobreza lusa, próxima do rei, para obter mercês que possibilitariam a ascensão social.

Rodrigo Ricupero (2009) demonstra como essa economia das mercês, em que a Coroa oferecia benesses como ordens nobiliárquicas que proporcionavam status e cabedais financeiros, doações de sesmarias e a possibilidade de aprisionamento e escravização de indígenas, foi fundamental para a consolidação de uma elite colonial que foi deveras importante para a manutenção da posse portuguesa em sua parte na América. Isso porque, deve-se ressaltar, a colonização lusa não teria possibilidades de promover o massacre de indígenas e a defesa da costa de invasões estrangeiras com cabedais próprios. Para a colonização, e em especial no recôncavo baiano e arredores, o aprisionamento e o massacres dos indígenas foram bastante valorizados por aqueles que ofertavam as mercês, possibilitando o desenrolar da colonização que enfrentava dificuldades desde o início da presença dos portugueses no Brasil.

Como discutiremos mais à frente, é plausível a hipótese de que d. Álvaro da Costa, antes dependente de mercês providas de indivíduos de posições mais cimeiras, passaria, também a ser um promovedor de benesses com a instituição da capitania do Paraguaçu. Esse processo foi impulsionado pelo fato de dom Álvaro da Costa ter sido um dos principais líderes das incursões contra os tupinambás no Recôncavo baiano, aliás, importa ressaltar que a resistência indígena foi um traço marcante do governo' de seu pai, dom Duarte. Assim, pelos serviços prestados à Coroa, Álvaro da Costa recebeu de seu pai, tendo anuência do rei, uma imensa

sesmaria que ficava entre os rios Jaguaripe e Paraguaçu, com 10 léguas (66 quilômetros) de comprimento, do litoral para o interior, seguindo os cursos dos rios e com 4 léguas de largura (BRASIL, 1929, p 234).

A sesmaria era uma porção de terra ao qual o rei oferecia o usufruto para um súdito, geralmente por algum feito deste para a Coroa. Essa propriedade era garantida pela carta de sesmaria que estipulava direitos e obrigações para os agraciados, sendo que na grande maioria das doações feitas no Brasil havia a necessidade de se aproveitar a terra em um determinado período sob pena de perder o usufruto (MOTTA, 2012). Por estar entre dois rios caudalosos e com diversos trechos de terra ideal para a plantação de cana, certamente as posses de d. Álvaro da Costa eram bem valorizadas, o que mostra como a proximidade com as instâncias de poder, era fundamental para o enriquecimento no processo colonizador brasileiro.

No entanto, desentendimentos da família Costa, em especial de dom Álvaro, com outras forças políticas da Bahia, em especial o bispo de Salvador, dom Pero Sardinha, dificultaram a continuidade da presença destes no Brasil, sendo que os mesmos resolveram voltar para o reino com a substituição de dom Duarte da Costa por Mem de Sá em 1556. No entanto, foi nesse ano que a doação do Paraguaçu foi feita a d. Álvaro, nos levando a crer, que seria uma forma da família não sair sem algum tipo de possível fonte de riqueza do Brasil. Porém, pode-se entender que a distância de dom Álvaro de suas terras e, principalmente, a continuidade da resistência indígena na região, teria dificultado a ocupação e o aproveitamento desse território.

Em 1562, dom Álvaro da Costa pede uma nova confirmação da sesmaria. O filho do dom Duarte alegou que não conseguiu aproveitar o espaço a ele cedido no tempo estipulado, devido os conflitos entre os tupinambás e a colonização ocorridos no local. Em 1566, d. Álvaro volta a pedir a confirmação da sesmaria, está ainda não ocupada de forma satisfatória por uma fazenda. Nesse último pedido, o governo geral não só confirma, como converte o território em capitania e o transforma em capitão donatário “como o era os outros Capitães de terras da dita costa do Brasil” (BRASIL, 1929, p. 237).

Essa conversão significava que a sesmaria que se resumia ao domínio pleno da terra passaria a ser uma capitania na qual dom Álvaro passaria a ter a

jurisdição sobre o território, devendo estabelecer uma estrutura administrativa com ouvidoria (instância jurídica) e instâncias fiscais, sendo responsável pela cobrança do dízimo e outras taxas, às quais teria parte, além de 20% de terra para usufruto em sesmaria e a possibilidade de doar o restante, também na condição de sesmaria, para quem achasse melhor. Fora isso, o já alentado título honorífico de Capitão donatário, tudo isso definido na carta de doação. As obrigações e os direitos estavam no foral (SALDANHA, 2001, p. 68-78). No documento consultado para compreender esse fenômeno, encontramos anexado a doação de sesmaria, a posterior confirmação e a carta de doação e foral da capitania. Com isso, Paraguaçu passaria a ser a segunda a passar por esse processo, depois de Itaparica e Tamarandiva, arquipélago doado ao I Conde de Castanheira, D. António de Ataíde, Vedor da Fazenda Real, função responsável pelas finanças reais e membro da alta nobreza a qual a família Costa era próxima. Esses dois processos revelam que havia sim, alguns membros da alta nobreza interessados, em obter algum tipo de benefício econômico da colônia no século XVI, quando a colonização portuguesa ainda tentava se impor no território brasileiro (BONFIM, 2016).

Outro fato interessante, é que em 1563 foi doado uma sesmaria a Egaz Muniz Barreto, cujo os limites estariam dentro da sesmaria de dom Álvaro, algo irregular (BRASIL, 1929, p. 262). Semelhante situação se encontrava António Oliveira, que tinha recebido 200 braças de costa e 600 para o sertão, dentro das terras do filho de dom Duarte (VIANNA, 1909, p. 4). Assim, pode-se pensar que converter em capitania a propriedade de Álvaro da Costa seria uma forma de resolver esse problema, assim como regularizar a posse mansa e pacífica de algumas pessoas que ocupavam, sem o devido foro, as terras do filho do governador Duarte da Costa, bem como poderia oportunizar a doação de sesmarias à indivíduos que participaram do sufocamento dos tupinambás na região do Paraguaçu.

Com a capitania estabelecida, abriu-se a possibilidade de doação de diversas sesmarias. Conseguimos localizar doações entre os anos de 1566 e 1579, além do estabelecimento de fazendas e engenhos das quais não conseguimos precisar a condição de propriedade dos seus donos, se eram sesmeiros, foreiros, ou se tinha comprado as terras dos agraciados com sesmaria. Podemos organizar as doações em três grupos: as estabelecidas para os próprios loco-tenentes e seus

parentes (que também podem ter definido as terras da família Costa); as doadas para os descendentes de Caramuru, Paulo Dias Adorno e Afonso Rodrigues; e as doadas para outros membros que, dentro da perspectiva de Ricupero, podemos considerar da nascente elite colonial brasileira (RICUPERO, 2009).

Procuradores e loco-tenentes de Álvaro da Costa e as doações do Paraguaçu no século XVI

Dom Álvaro da Costa estabeleceu alguns procuradores no Brasil após voltar à Portugal, além de ter diversos aliados que se mantiveram estabelecido na Bahia em postos de importância que se aproveitariam de suas posses no Paraguaçu. Um de seus procuradores era seu primo, Fernão Vaz da Costa, que chegou à Bahia junto com o armador-mor e seu pai dom Duarte da Costa, quando este último veio para ocupar o cargo de governador geral.

Fernão Vaz da Costa destacou-se por atuar ativamente em prol de seu primo dom Álvaro da Costa, quando este e seu pai se desentenderam com o bispo de Salvador, Pero Sardinha. Também serviu ao governo como capitão de embarcações já em 1552, assim como foi ativo na repressão aos indígenas rebelados durante o governo Duarte da Costa. Estes serviços podem ter motivado à mercê do ofício de tesoureiro geral que ocupou entre 1558 e 1562 (ANTT, mç. 95, doc. 70; GAVETAS, 1960-1977; BRASIL, 1937, v. 35-36). A trajetória de Vaz da Costa demonstra como o mesmo seguia as estratégias para ascensão social na colônia, que seria reforçada com sua liderança no projeto de colonização do Paraguaçu alentado por seu primo Dom Álvaro da Costa. Além de ter se destacado pelos serviços prestados ao governo geral liderado pelo seu tio, Vaz da Costa era casado com Clemencia Dória (que segundo Jaboatão era descendente de Florentim Dória, sobrinho legítimo de Andrea Dória, príncipe de Gênova), o que indica uma busca deste por riqueza e prestígio, algo que ele poderia estabelecer na ilha fluvial que recebeu como sesmaria e onde tinha planos de criar uma vila, algo não concretizado já que morre em 1568 (JABOATÃO, RIHGB, 1889, p 265; RICUPERO, 2009, p. 254).

Quem herdou o ofício de tesoureiro geral de Vaz da Costa foi seu genro Martim Carvalho. Este, de acordo com Gabriel Soares de Sousa (1851, p. 137), era senhor de engenho na região de Sergipe do Conde. Antes de ocupar o cargo de

tesoureiro, tinha participado de uma expedição na capitania de Porto Seguro, conforme indica Pero de Magalhães Gândavo. Após servir como tesoureiro geral, ainda foi provedor na Bahia e em Pernambuco e recebeu de seu sogro uma sesmária no Paraguaçu (ANRJ, Códice 155, p. 57). Pode-se pensar que o mesmo também tenha participado das repressões feitas no vale do rio na década de 1560, o que justificaria, inclusive, a doação (GÂNDAMO, 2008, p. 75).

Quando Paraguaçu se tornou capitania, Vaz da Costa foi seu primeiro locotenente. Este cargo era oferecido por donatários que não moravam em suas terras, mas que elegiam alguém de sua confiança para a administração de sua jurisdição (SALDANHA, 2001, p. 162-181). Em 1571, a função passou a ser exercida por Pero Carreiro, homem próximo a família Costa desde a chegada dos mesmos em 1552. No entanto, é interessante notar certo desentendimento entre ele e a família donatária, já que Carreiro só recebeu uma sesmária (de uma légua), na capitania, em 1579, após ter recebido o perdão de Leonor de Sousa, esposa de Álvaro da Costa, a essa altura já falecido. Isso porque a mesma senhora pediu o embargo de seus bens no Brasil, devido Carreiro não ter acertado as contas das rendas das posses da família donatária do Paraguaçu. Ao que parece, Carreiro planejava montar um engenho na propriedade, algo que não foi concretizado. Posteriormente, quem assumiu suas terras foi Francisco de Mâncelos (ou Barcelos), sobre o qual não encontramos mais informações (VIANNA, 1911, p. 9).

A análise da trajetória dos procuradores e loco-tenentes de dom Álvaro da Costa permite que a gente entenda a dinâmica de um donatário que exercia sua jurisdição à distância, elegendo para cuidar de suas posses, indivíduos com histórico de auxílio às empreitadas da família donatária, mesmo com o perigo de divergências quanto à prestação de conta relativo aos dividendos oriundos das capitanias. Estas, por seu lado, passam a adquirir uma importância na sociedade colonial em formação na região de Salvador e Recôncavo, pois adquiriram o poder de distribuir sesmarias, podendo ampliar uma rede clientelar, que tinha como ponto central a família Costa, estendendo seu poder para o ultramar, tendo como gerentes pessoas que poderiam ser decisivas para a ocupação fundiária de uma importante região do Brasil Colonial.

Álvares, Dias, Rodrigues e Adornos nas doações do Paraguaçu no século XVI

Entre os agraciados com sesmaria na capitania do Paraguaçu, estavam os descendentes de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, Paulo Dias Adorno e Afonso Rodrigues, que habitavam a Baía de Todos os Santos desde antes da chegada de Tomé de Sousa (NEVES, 2008, p. 18-20). Assim, de antemão, pode-se entender que estas doações, feitas pelos loco-tenentes, seriam necessárias para associar a família donatária com grupos de destacada influência na sociedade que se desenvolvia em Salvador e no Recôncavo.

O prestígio desses ramos familiares se deu muito por um bom entendimento que estes tiveram com os tupinambá, o que foi essencial para o estabelecimento dos mesmos na Bahia. Caramuru, por exemplo, casou-se com diversas indígenas. Deve-se indicar que entre os grupos indígenas tupinambá, a poligamia era importante para sua estrutura social, sendo um atributo importante ligado à valentia guerreira e às alianças de solidariedade e poder. Acumular genros e mulheres, além de cativos e tatuagens, significava prestígio e privilégio social (FAUSTO, 1992, p 390-394).

Uma das vantagens que poderiam ser auferidas por meio dessa regra era a relacionada ao “cunhadismo”. Maria Hilda Baqueiro Paraíso explica que entre os grupos indígenas do tronco linguístico tupi, o sujeito seria servido por seus cunhados, principalmente nas guerras. Dessa forma Caramuru foi ascendendo entre os tupinambá, o que foi essencial para que este, segundo alguns historiadores, se beneficiasse com o comércio do pau-brasil. O prestígio de Álvares Correia desencadeou alguns desentendimentos com o donatário da Bahia Francisco Pereira Coutinho e não se descarta a hipótese do envolvimento de Caramuru com a morte deste último, ainda que outros historiadores apontem o consórcio entre estes dois no comércio do valioso produto brasílico (PARAÍSO, 2000, p. 83-85).

Importa aqui dizer que o governo geral foi outro empecilho para o comércio do pau-brasil de Diogo Álvares Correia. Mesmo assim, a governança baiana se esforçou em manter um bom relacionamento com este e sua família pela boa posição que tinha na Bahia e com diversos grupos tupinambá (APEB, mç. 627). Quanto a Paulo Dias e Afonso Rodrigues, não obtivemos notícias de que estes tivessem arranjado vários casamentos como Caramuru, ainda que esta hipótese não deva ser descartada.

Pertinente lembrar, porém, que estes últimos casaram com filhas de Diogo Álvares Correia. Paulo Dias Adorno casou com Felipa Álvares, enquanto Afonso Rodrigues desposou Madalena Álvares, conforme informa o Frei Jaboatão (In: RIHGB, 1889). Algumas informações indicam que os dois chegaram ao Brasil junto com Martim Afonso de Sousa na primeira expedição que este fez a parte portuguesa na América. Dizem, também, que chegaram à Bahia, fugindo da acusação de um assassinato cometido em São Vicente. Juliana Brainer Neves indica algumas obras que demonstram que Dias Adorno era fidalgo de uma família genovesa. Já quanto a Rodrigues não se sabe qual era sua posição social no reino, mas apenas sua origem, a vila de Óbidos (NEVES, 2008, p. 18-19).

A união destas três famílias tornou possível a ascensão social desta linhagem graças ao recebimento de honras e mercês angariadas devido aos serviços prestados a administração colonial. Aliás, a consolidação da boa posição dos descendentes de Caramuru também foi possível graças ao consórcio de sua neta Izabel Dias com o já citado Garcia D'Ávila (JABOATÃO, RIHGB, 1889, p 87). A união do patrimônio fundiário das duas famílias foi essencial para a constituição do famoso e gigantesco latifúndio dos D'Ávila. Assim, observa-se como era fundamental, nesse cenário, as uniões de famílias que assumiam a frente da governança da terra e que escolheram servir a Coroa em buscas das mercês que, como bem demonstra Ricupero, foram fundamentais para a formação da riqueza de senhores baianos no século XVI e início do XVII.

Estes tinham recebidos sesmarias de Coutinho em Salvador assim como o sogro Caramuru. Os mesmos passaram a servir a Coroa com o advento do governo geral, sendo que o primeiro serviço prestado por Paulo Dias Adorno foi buscar o governador Tomé de Sousa na capitania de Ilhéus, junto com seu sogro Caramuru (APEB, mç. 627). Seguiu o genovês a servir a Coroa em diversas incursões, como na ajuda a Vasco Fernandes Coutinho que enfrentava a oposição dos indígenas do Espírito Santo, e de Porto Seguro e no embate com os franceses na região do Rio de Janeiro. É provável que pelos favores prestados ao governo geral, Dias Adorno tenha recebido do rei a Comenda de Santiago (SALVADOR, 1918, p. 167-168).

Não encontramos informações se os Dias Adorno, os Rodrigues e seus descendentes participaram de expedições ao Paraguai no tempo de Dom Álvaro da Costa, ainda que essa hipótese seja plausível. A primeira notícia do

envolvimento de um membro destas famílias em incursões ao Paraguaçu foi a do filho de Paulo Dias Adorno, António Dias Adorno, nos tempos de Mem de Sá (NEVES, 2008, p. 90). Após isso, tem-se notícia de Álvaro Rodrigues, filho de Afonso Rodrigues, liderando uma expedição ao Paraguaçu em 1573, a mando do governador Luís de Brito. Após esta, Afonso Rodrigues estabeleceu engenho ao norte do rio, próximo a Iguape (VIANNA, 1909, p. 40).

Não se sabe, porém, se as terras dos Rodrigues e dos Dias Adorno ao norte do Paraguaçu foram recebidas em sesmaria, se foram aforadas ou se foram apossadas sem consentimento do governo geral e dos donos das sesmarias. Provavelmente, a linhagem dos Dias Adorno, Rodrigues e Caramuru se interessaram pelas terras após suas incursões ao vale do Paraguaçu. Já quanto a suas posses nas donatarias dos Costas, duas possibilidades: de que estes firmaram posse nas terras da capitania, recebendo as cartas de sesmaria posteriormente, ou que os mesmos podem ter sido atuantes nas expedições de Caldas e Mem de Sá (a participação de António Dias Adorno alentada acima corroboram com esta hipótese) e, por isso, receberam, em mercê, as sesmarias nas terras da capitania.

Entre 1574 e 1578 foram feitas diversas doações aos familiares de Diogo Álvares Correia, de Paulo Dias Adorno e de Afonso Rodrigues. Estas também que, ou já eram tomadas por posse aos agraciados, ou foram doadas em sesmaria como forma de os loco-tenentes do Paraguaçu aumentarem suas redes com uma família de prestígio na região. A filha de Caramuru, Felipa Álvares, casada com Paulo Dias Adorno, tinha uma sesmaria próxima ao rio Capanema que foi doada no tempo de Fernão Vaz da Costa. O filho deste casal, António Dias Adorno, tinha um engenho em terras cedidas por Pero Carreiro (VIANNA, 1911, p. 14). António Dias Adorno ainda tinha recebido, anteriormente, do mesmo loco-tenente, 1200 braças quadradas (1 braça equivalia a 2,2 metros) que passou à Gomes Rodrigues, morador das terras. Pelo sobrenome, é provável que este seja membro da família Rodrigues Adorno (ANRJ, Códice 155, p. 57). Gomes Rodrigues era carpinteiro e tinha sido um dos primeiros a povoar o Paraguaçu acompanhando Antonio Dias Adorno. Pedia o lugar onde tinha feito umas roças. Essa informação corrobora com as notícias do pioneirismo de António Dias Adorno nas terras de Cachoeira, na

beira do Paraguaçu e com a hipótese de que as terras doadas a esse clã seriam apenas titulação, em sesmaria, de terras já apossadas (VIANNA, 1911, p. 12).

António Dias Adorno atuou em várias expedições em Porto Seguro e em outras paragens por solicitação do governador Luís de Brito. Vicente de Salvador afirma que em uma destas feitas aos sertões da capitania da Bahia e de Ilhéus, António Dias Adorno achou uma sorte de pedras preciosas e desceu mais de 7000 indígenas. Em outra trouxe 400 que foram distribuídos entre os soldados e capitães da jornada (RICUPERO, 2009, p. 256; SALVADOR, 1918, p. 27). Tudo isto foi fundamental para que este angariasse muito cabedal e bens, como aponta Soares de Sousa (1851, p. 139), estabelecendo um engenho no Paraguaçu. Além disso, sua participação em expedições ao vale do rio Paraguaçu lideradas por Mem de Sá e Vasco Rodrigues Caldas podem ter influenciado para que, em forma de mercê, recebesse suas datas na capitania dos Costas. Próximo a propriedade de António Dias Adorno estava o engenho de Lopo Fernandes que, conforme Soares de Sousa, se localizava no braço do Igaráçu, dentro da capitania e que segundo Francisco Vicente Vianna, poderia ter sido construído durante a administração do loco-tenente Pero Carreiro. Fica a dúvida quanto à condição jurídica das terras ocupadas pelo empreendimento de Fernandes, não noticiada em nenhuma das referências acima ditas, podendo ser uma sesmaria, um foro ou uma compra feita a algum sesmeiro. Também não há dados que permita um maior esclarecimento acerca da biografia desse senhor de engenho (SOUSA, 1851, p. 142; VIANNA, 1911, p. 15).

Também agraciado por Pero Carreiro foi Gaspar Rodrigues. O terceiro filho de Afonso Rodrigues recebeu, no dia 12 de maio de 1574, 3000 braças quadradas com a condição de passar gado para propriedade nos seis meses seguintes à data de feitura do documento (ANRJ, Códice 155, p. 57). Aliás, essa condição se repetiu em mais quatro doações, consoante ao que se verá mais abaixo. Gaspar Rodrigues era irmão dos sertanistas Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins que receberam o título de cavaleiros fidalgos do rei, além de receberem a Ordem de Avis como mercê por sua atuação na conquista de Sergipe e nas jornadas para captura de indígenas (JABOATÃO, RIGHB, 1889, p. 140-141). Já quanto a Gaspar Rodrigues, a única notícia que temos é sua filiação, mas é possível que este participasse de expedições como o pai e os irmãos.

Outros agraciados do clã Caramuru/Dias Adorno/Rodrigues foi o casal António Gentil e Catarina Álvares, que receberam, de Pero Carreiro, 5000 braças próximas à barra do rio Jaguaripe, perto de António de Paiva. Acreditamos que estes sejam o que Jaboatão chama de Antão Gil e Gracia Álvares. Esta última era terceira filha de Caramuru. Recomendava-se, na doação, que estes passassem gado nos seis meses seguintes ao dia 3 de junho de 1574 .

A mesma recomendação é feita ao Capitão António Paiva, que recebeu sua sesmaria de Pero Carreiro no dia 12 de maio de 1574 (mesmo dia da doação de Gaspar Rodrigues). O mesmo possuía uma ilha aproveitada com canas na região do Paraguaçu. Paiva era casado com a neta de Caramuru Felipa de Figueiredo de Mascarenhas, filha de Apolônia Álvares e do fidalgo João de Figueiredo. O título de capitão remete a atuação em jornadas ao sertão. Apesar de nenhuma notícia da participação deste nas jornadas ao Paraguaçu na década de 1560, não podemos descartar esta suposição (ANRJ, Códice 155, p. 60; JABOATÃO, RIHGB, 1889, p. 115; RICUPERO, 2009, p. 257). Perto desta última estava a posse de Balthazar Barbosa doada, provavelmente, por Fernão Vaz da Costa. Este era filho de Gaspar Barbosa de Araújo e de sua mulher D. Maria de Araújo, sendo natural de Ponte de Lima (Portugal). Barbosa era casado com Catarina Álvares, neta de Caramuru e filha de Genebra Álvares e Vicente Dias de Beja, moço fidalgo do infante D. Luiz (ANRJ, Códice 155, p. 60).

Tem-se notícias de sesmarias de Luíza Álvares e João Fernandes Correia na capitania dos Costas. Os dois agraciados tinham sobrenomes da linha de Caramuru, mas não podemos confirmar este parentesco por não encontrarmos nenhuma informação a mais sobre essas pessoas. A primeira possuía uma data próxima ao rio Canapotimirim (provavelmente confirmadas por Fernão Vaz da Costa), próxima às posses de Mathias de Carvalhal Pereira e de Diogo Fernandes (ANRJ, Códice 155, p. 62). Já João Fernandes Correia possuía 1500 braças de terra próximas ao esteiro de Carapintingui, além da ilha do Medo que usava para pescaria. Quanto a primeira dada, o mesmo tinha a obrigação de povoá-la em 1 ano. As doações foram feitas por Pedro Carreiro no dia 29 de maio de 1574 (ANRJ, Códice 155, p. 58-59).

Outros sesmeiros no Paraguaçu: século XVI

Nesta subseção trataremos dos sesmeiros que não eram parentes da linhagem Caramuru/Dias Adorno/Rodrigues e sobre os quais não conseguimos informações sobre alguma possível ligação com a família donatária. O primeiro exemplo disso é Belchior Dias Porcalho que tinha um engenho de bois no esteiro de Parnamirim (PRADO, 1922, p. 83-34; SOUSA, 1851, p. 138). Aliás, Porcalho tinha, como obrigação, passar gado para a ½ légua obtida próxima ao rio Jaguaripe nos seis meses seguintes ao dia 16 de abril de 1574 (ANRJ, Códice 155, p. 58).

Outro sujeito com boa posição na sociedade colonial que recebeu terras na donataria dos Costas foi Cristóvão de Barros. Este recebeu uma légua de terra nas águas do Ibatatan no dia de 25 de julho de 1578, quando o ofício de loco-tenente já pertencia a Sebastião Álvares, fidalgo da Casa Real que apoiou a família Costa no desentendimento destes com o bispo Sardinha (SILVA, AMARAL, 1919, p. 340). Neste local havia um engenho, porém Francisco Vicente Vianna não confirma se este foi construído pelo agraciado com as terras. O autor acha difícil que Barros o tenha construído devido à vida agitada do Provedor-Mor, atuante em diversas expedições de conquista.

Filho do donatário do Ceará Antônio Cardoso de Barros, escudeiro fidalgo atuante na Índia, Cristóvão de Barros chegou à Bahia junto com o pai que, apesar de ter desistido de sua donataria (capitania do Ceará), foi incumbido de ser o primeiro provedor-mor da fazenda do Brasil em 1549, cargo fundamental por cuidar da fiscalidade da colônia. Na Bahia, começou atuando como soldado, porém, em 1566, já era capitão-mor de uma frota que veio do reino para auxiliar os fundadores do Rio de Janeiro, capitania real que governou de 1572 até pelo menos 1575. Assumiu o posto de provedor-mor, herdado do pai e foi líder da conquista da região onde se instalou a capitania de Sergipe Del Rey, da qual foi primeiro capitão. Ainda participou do governo geral interino entre 1587 e 1591 e, de acordo com Ricupero, possuía diversas propriedades em Sergipe e no Rio de Janeiro, onde tinha um engenho (RICUPERO, 2009, p. 253; SOUSA, 1851, p. 91-92). Destaca-se que nessas duas regiões atuou militarmente, assim não se pode desconsiderar que recebeu a sesmaria em tela em compensação a uma possível participação na repressão aos indígenas no vale do Paraguaçu.

Aqui lembramos mais uma vez de Egaz Muniz Barreto que recebeu suas terras de Mem de Sá quando as terras da capitania Paraguaçu ainda eram

sesmaria, algo corrigido pela conversão. Ao que tudo indica, a família donatária e seus locos tenentes não foram contra a continuidade da posse das terras pelos Muniz Barreto já que, em 1623, a sesmaria foi confirmada à família (BRASIL, 1929, p. 262). Egaz Muniz Barreto era escudeiro fidalgo e saiu da Vila de Machico (Ilha da Madeira) para ocupar suas terras no Brasil, onde já se encontrava seu parente de Diogo Muniz Barreto, alcaide mor de Salvador. Na sua carta de sesmaria, manifesta o desejo de fazer engenho.

Não conseguimos achar nenhum dado que comprovasse ser Bartolomeu Pires, agraciado com uma sesmaria por Fernão Vaz da Costa, o mesmo que tinha um engenho de bois na ilha da Maré e que Ricupero indica como membro da administração colonial. Caso o indivíduo dos dois registros seja o mesmo, Pires é mais um exemplo de um senhor bem posicionado socialmente que recebeu terras na capitania do Paraguaçu (RICUPERO, 2009, p. 261; SOUSA, 1851, p. 130; VIANNA, 1911, p. 15).

Já Jorge Fernandes foi agraciado por Pero Carreiro com 1200 braças de terra no dia 12 de maio de 1574. A condição imposta para que este pudesse continuar com a posse era “fazer fazenda” dentro de seis meses (ANRJ, Códice 155, p. 60). Prazo maior teve Mathias do Carvalhal Pereira: um ano e meio para povoar a terra. Caso não cumprisse poderia perder a terra, “independente de autoridade judiciária” (VIANNA, 1911, p. 59).

Há ainda dois donos de sesmarias que receberam suas datas no período de Pero Carreiro. José Gonçalves Coelho, morador em Taçuapina (freguesia do Socorro do Recôncavo), ganhou, no dia 13 de Junho de 1574, 1000 braças de terra ao longo do mar, com 1000 de fundo, começando onde acabava a de João Luiz de Curupeba. Este recebeu 200 braças ao longo do mar com 1000 de fundo no mesmo dia (VIANNA, 1911, p. 14). Infelizmente, estes são os únicos registros desses homens encontrados na documentação consultada durante esta pesquisa. As terras de Coelho eram próximas ao terreno de Gomes Fernandes que, possivelmente, recebeu sua data nos tempos de Fernão Vaz da Costa (VIANNA, 1911, p. 14-15).

Uma das últimas doações registradas na década de 1570 foi a de Fernão Gomes, feita no dia 24 de março de 1578. Suas 1000 braças se localizavam no esteiro de Canapotam (Capanema, perto do braço do Igaraçu) principiando onde

acabava a data de Felipa Álvares, mulher de Paulo Dias Adorno. No dia seguinte, Balthazar Gonçalves recebeu 200 braças principiando na barra do Paraguaçu. As duas doações foram feitas por Pero Carreiro.

Considerações finais

Observa-se a presença, na donataria do Paraguaçu, de indivíduos pertencentes ao topo da formação social do Recôncavo baiano que se consolidou dentro do recorte desta pesquisa. Em um primeiro momento, nas doações de sesmarias feitas entre 1564 e 1578, deram-se preferências aos indivíduos ligados de alguma maneira a administração colonial e que participavam das expedições para captura de indígenas e busca de pedras preciosas. Das 26 doações, 21 foram feitas a indivíduos ligados, de alguma maneira, a administração colonial. Apesar de obtermos apenas a confirmação de António Dias Adorno como participante das jornadas ao vale do Paraguaçu na década de 1560, não deixa de ser plausível a hipótese de que os participantes que receberam terras na capitania dos Costas fossem participantes dessas expedições ganhando suas sesmarias em forma de mercê.

Dentre todas as 26 doações feitas entre as décadas de 1560 e 1570 apenas temos referências a um agraciado com terra que montou engenho nesse período, apesar de ter sido estabelecido pelo menos mais um, ainda que não se possa saber qual era o status jurídico da terra onde estava situado esse prédio.

Todavia, havia 4 indivíduos com sesmarias no Paraguaçu que tinham engenhos em outros locais do Recôncavo. Os mesmos poderiam ter o plano de montar o empreendimento nas terras e que este plano tenha sido fracassado. Mas também, há a possibilidade de que estes tenham utilizado a terra com outras atividades como a criação de gado, ou plantação de fumo ou mandioca ou obtendo renda das mesmas com arrendamentos ou aforamentos. Quem tinha engenho em outro local e que deveria utilizar sua sesmaria no Paraguaçu com outra atividade foi Belchior Dias Porcalho, que era obrigado, pela sua carta de sesmaria, a passar gado para a mesma em até seis meses. Ele e mais quatro pessoas tinham a obrigação de criar gado, algo que deve ter sido realizado, já que outras fontes apontam que a mesma foi um espaço muito utilizado para a criação.

Duas coisas chamam a atenção nessas doações, permitindo perceber como os donatários do Paraguaçu e seus loco-tenentes estavam de acordo com as demandas da colonização: a primeira, está no fato de as doações de sesmarias serem mais diminutas que outras doadas entre os séculos XVI e XVII, o que permitiria uma maior facilidade com o aproveitamento das terras, uma maior povoação na região e a ampliação de benesses que poderiam ser oferecidas para pessoas que pertenciam a importantes redes clientelares que se formavam na Bahia colonial. A outra seria a já salientada obrigação de se passar gado para as terras doadas no Paraguaçu, mostrando uma preocupação de se avançar a colonização mais ao sertão e de disciplinar essa criação para que esta não prejudicasse as plantações de cana.

De tudo exposto, conclui-se que mesmo não resultando em resultados mais robustos a partir da década de 1580, com a ausência de fundação de vilas e do estabelecimento de uma estrutura político-administrativa, o que mostra o não atendimento as demandas iniciais da Coroa quando criada as donatarias, a forma como donatários e loco-tenentes lidaram com o Paraguaçu, mostra que os mesmos estavam atentos a dinâmica da colonização e tomaram ações que coadunam com o processo de formação de uma elite colonial baiana na segunda metade do século XVI, favorecendo a si mesmo e a outros dentro da perspectiva clientelar do período.

Referências

ARQUIVO Público da Bahia (APEB), **Fundo Colonial e Provincial**, maço 627 (Cartas Régias sobre Tomé de Sousa). Carta a Diogo Alvares, cavalheiro de sua casa na Bahia de Todos Santos – Por El-Rei.

ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (ANTT). **Fundo: Corpo Cronológico**; Seção: Parte I; Maço. 95, Documento 70. Carta de Duarte da Costa, governador da Bahia, expondo ao rei não estar seu filho, culpado nos crimes de que o acusava d. Álvaro, bispo de dita cidade;

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). **Fundo da Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia**. Synopse das Sesmarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. Códice 155. [1534-1828].

BONFIM, Alexandre. **As capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu**. Administração, direito de propriedade e poder na América portuguesa (c1530-c1630). Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

BRASIL. **Documentos Históricos**: Patentes (1677-1678). Forais, doações, mandados e regimentos (1534-1551). v.13. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1929.

_____. Biblioteca Nacional. **Documentos Históricos**. v.35. v.36. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.

Confirmação das Terras que Egas Moniz tem no Parassu. In: BRASIL. Biblioteca Nacional. **Documentos Históricos**: Patentes (1677-1678). Forais, doações, mandados e regimentos (1534-1551). v.13. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1929, p. 262.

Confissão de Luisa Barbosa, cristã velha na graça. In: PRADO, Paulo. (ed.). **Primeira Visitação do Santo Ofício as partes do Brasil. Confissões da Bahia**. 1591-92. São Paulo: Editor Paulo Prado, 1922, p. 83-84.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil**: Ofício, regimentos, governação e trajetórias. 1º ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 390-394.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008

HESPANHA, António Manuel. XAVIER, Ângela Barreto. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. v.4. (O Antigo Regime). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-349.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Catalogo genealógico das principais famílias procedentes dos Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caramuru na Bahia por frei Antonio de Santa Maria Jaboatão. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Tomo LII, Parte I. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1889.

MADUREIRA, Pedro. D. Duarte da Costa, 2º governador do Brasil: elementos para uma biografia. In: ROSA, Maria de Lurdes (coord.). **D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII**: poder, arte e devoção. Lisboa: IEM/CHAM, 2013, p. 101-118.

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil**. A gestação do conflito. 1795-1824. 2º ed. São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e resistência no Paraguaçu**: Bahia 1530-1678. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008, p. 18-20. Disponível online:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11242/1/Dissertacao%20Juliana%20Neve%20sseg.pdf>> [Último acesso: 27 de abril de 2016].

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. A visão indígena e portuguesa na descoberta do Brasil: a formação da 1ª família brasileira. In: **Revista da Fundação Pedro Calmon**. Centro da Memória da Bahia. Ano V. Salvador, 2000, 83-85.

Queixa dos moradores da Cidade do Salvador em o Brasil contra D. Duarte da Costa e seu filho e Pedro Borges feita em 1556 a 18 de Dezembro. In: SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e; AMARAL, Braz (coment.). **Memórias Históricas e políticas da Bahia**. v.1. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. 340.

RICUPERO, Rodrigo. **A Formação da Elite Colonial**. Brasil c.1530-c. 1630. São Paulo: Alameda, 2009.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil**: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil. 1500-1627**. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 167 e 178.

SOUSA, Gabriel Soares. VARNHAGEN, Francisco (org.). **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1851, p. 137.

VIANNA, Francisco Vicente. A Bahia Colonial I. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. v.36. Salvador, 1909.

_____. A Bahia Colonial II. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. v.37. Salvador, 1911.

Alexandre Gonçalves do Bonfim

Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em História da Bahia e graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
